




DATA DA REUNIÃO: VINTE E TRÊS DE JANEIRO DE DOIS MIL E VINTE. -----

LOCAL DA REUNIÃO: SALÃO NOBRE DO EDIFÍCIO SEDE DO MUNICÍPIO, SITO NA PRAÇA 25 DE ABRIL, SANTO TIRSO.-----

PRESIDIU: O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL, ALBERTO MANUEL MARTINS DA COSTA. -----

PRESENCAS E FALTAS:-----

PRESIDENTE ALBERTO MANUEL MARTINS COSTA – PS – PRESENTE. -----

VEREADORA ANDREIA CARINA MACHADO DA SILVA NETO – PPD/PSD.CDS-PP – FALTOU POR RAZÕES QUE FORAM CONSIDERADAS JUSTIFICATIVAS. -----

VEREADORA ANA MARIA MOREIRA FERREIRA – PS – PRESENTE. -----

VEREADOR JOSÉ PEDRO DOS SANTOS FERREIRA MACHADO – PS – PRESENTE. -----

VEREADOR DR. JOSÉ MANUEL ALVES PIMENTA DE CARVALHO – PPD/PSD.CDS-PP – PRESENTE. -----

VEREADOR TIAGO JOÃO MACHADO ARAÚJO – PS – PRESENTE. -----

VEREADOR CARLOS ALBERTO CARVALHO FERNANDES – PPD/PSD.CDS-PP – PRESENTE. -----

VEREADORA SILVIA MANUELA DA COSTA FERREIRA TAVARES – PS – FALTOU POR RAZÕES QUE FORAM CONSIDERADAS JUSTIFICATIVAS.-----

VEREADOR NUNO MIGUEL LINHARES DA SILVA – PS – PRESENTE.-----

HORA DE INICIO DA REUNIÃO: QUINZE HORAS E CINCO MINUTOS.-----



A
B

HORA DE ENCERRAMENTO: QUINZE HORAS E QUINZE MINUTOS. -----

SECRETARIOU A TRABALHADORA DESIGNADA PARA O EFEITO, MARIA ADRIANA SALGADO MAGALHÃES. -----

ORDEM CRONOLÓGICA POR QUE FORAM TRATADOS OS ASSUNTOS DA ORDEM DO DIA: A ORDEM QUE CONSTA DA PRESENTE ATA. -----

PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA

Não houve intervenções neste período. -----



[Handwritten signature]

**ENTROU-SE, DE IMEDIATO, NA DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DOS ASSUNTOS
PREVIAMENTE INCLUÍDOS NA ORDEM DO DIA A QUAL SE ANEXA À PRESENTE
ATA CONSTITUINDO A SUBSEQUENTE FOLHA.-----**

REUNIÃO ORDINÁRIA DE 23 DE JANEIRO DE 2020 – ATA Nº 2

ORDEM DO DIA

- 1 - 1ª Alteração Orçamental Modificativa ao PPI e Orçamento da Despesa de 2020 - Ratificação de despacho do presidente da câmara**
- 2 - Empreitada "Remodelação do Nó da Variante à EN105 em Santo Tirso-Ponte de Frádegas" - Adjudicação de trabalhos de suprimento de erros e omissões e aprovação da minuta do respetivo contrato adicional (nº4)**
- 3 - Empreitada - "Reabilitação do Conjunto Habitacional de Argemil e Requalificação dos Espaços Exteriores" - Ratificação de ordem de supressão de trabalhos incluídos no contrato inicial (trabalhos a menos) e aprovação da minuta do respetivo contrato adicional**
- 4 - "Requalificação da EM 318 - Água Longa" - Aquisição da parcela 1 - Proposta de aceitação das condições de cedência**
- 5 - Expropriação de uma parcela de terreno destinada à obra denominada "Beneficiação do Arruamento Perpendicular à Rua Manuel de Sousa Oliveira - Vila Nova do Campo" - Resolução de Expropriar**
- 6 - Proposta de celebração de protocolo de colaboração entre o Município e a CERMA – Serviços Médicos e de Reabilitação, Lda, tendo por objeto a utilização da Piscina Municipal**
- 7 - Apoio à utilização dos transportes públicos urbanos - Proposta de aquisição de títulos de transporte à sociedade TUST - Transportes Urbanos de Santo Tirso Ld.ª para disponibilização a munícipes integrados em estratos sociais mais desfavorecidos e beneficiários do cartão + VIDA**
- 8 - Junta de Freguesia de Vila das Aves - Beneficiação de passeios na Rua José Narciso Machado Guimarães - Pedido de subsídio**

Santo Tirso, 20 de janeiro de 2020

O Presidente,



Alberto Costa

4 



1. 1ª ALTERAÇÃO ORÇAMENTAL MODIFICATIVA AO PPI E ORÇAMENTO DA DESPESA DE 2020 - RATIFICAÇÃO DE DESPACHO DO PRESIDENTE DA CÂMARA.

Presente o despacho do senhor presidente da câmara, de nove do corrente mês de janeiro, do qual se anexa cópia à presente ata e dela fica a fazer parte integrante, constituindo as subseqüentes cinco folhas, que aprovou a 1ª Alteração Orçamental Modificativa ao Plano Plurianual de Investimentos e ao Orçamento da Despesa, para o ano em curso, nos termos que constam dos documentos anexos ao aludido despacho, que foi proferido pelas razões expressas no mesmo.-----

O senhor presidente submeteu o despacho anexo à ratificação da câmara municipal. -----

A câmara municipal deliberou, ratificar o aludido despacho e remeter a presente deliberação para a assembleia municipal, também para efeitos de ratificação.-----

A presente deliberação foi tomada com cinco votos a favor, dos edis eleitos enquanto inscritos na lista do Partido Socialista, e duas abstenções, dos vereadores eleitos enquanto inscritos na lista da coligação PPD/PSD.CDS-PP, que fizeram a seguinte declaração de voto:-----

“Os vereadores do PSD abstiveram-se neste ponto, por entendermos que estamos ainda no arranque do novo ano, estamos ainda no mês de janeiro, e já temos uma primeira retificação ao Orçamento. Em nosso entender isto denota falta de rigor e planeamento, e a justificação apresentada não justificava esta revisão. Por isso, a nossa abstenção.”-----



SANTO TIRSO
CÂMARA MUNICIPAL

Praça 25 de Abril
4780-373 SANTO TIRSO
Tel. +351 252 830 400
Fax: +351 252 856 534
santotirso@cm-stirso.pt
www.cm-stirso.pt

DESPACHO

Alberto Manuel Martins da Costa, presidente da câmara municipal de Santo Tirso, ao abrigo da competência excecional prevista no nº 3 do artº 35.º do Anexo I da Lei 75/2013, de 12 de setembro, decido aprovar a 1ª Alteração Orçamental Modificativa ao Plano Plurianual de Investimentos e ao Orçamento da Despesa, para o ano em curso, documentos aprovados pela assembleia municipal em sessão realizada no dia 02 de dezembro de 2019, no sentido de reforçar o valor total do projeto: projeto/ação1/2013/30 – “Requalificação e expansão das áreas de acolhimento empresarial da envolvente à via do trabalho” de 38.165,77€ (trinta e oito mil cento e sessenta e cinco euros e setenta e sete centimos) para 265.165,77€ (duzentos e sessenta e cinco mil cento e sessenta e cinco euros e setenta e sete centimos). -----

O presente despacho tem a seguinte fundamentação: -----

Aquele projeto/ação consta do PPI para 2020, embora com verba insuficiente para a execução da denominada Via do Trabalho, já que, à data da elaboração daquele documento não era previsível a sua execução imediata, mas apenas o início do procedimento necessário para o efeito;-----

Entretanto em sede de operação urbanística a realizar por particular, concluiu-se pela necessidade de execução de obras de urbanização, a que diz respeito o processo registado na câmara municipal com o nº 20/16 LURB, tendo-se concluído que essas obras de urbanização, de iniciativa privada, deveriam ser compatibilizadas com a execução de um troço daquela via, da responsabilidade do município, de modo a ligar a mesma à via entre a Zona Industrial da Picaria e Tarrio;-----

Nos termos previstos no Regime Jurídico da Urbanização e da Edificação foi acordado a celebração de um Contrato de Urbanização com o particular, no âmbito do qual será executado um troço da Via do Trabalho, assumindo o município a responsabilidade pelo pagamento de parte das obras;-----

Para o efeito é legalmente necessária a referida alteração modificativa;-----

A celebração daquele Contrato de Urbanização é urgente, pois a execução das obras abrangidas pelo mesmo vai permitir a instalação de novas

empresas naquela zona, cujos projetos de construção estão em fase avançada; -----

A dinamização empresarial, com os consequentes benefícios económicos e sociais para o concelho é de relevante interesse público. -----

Pelo que, tomo a presente decisão de aprovação da 1ª Alteração Orçamental Modificativa ao Plano Plurianual de Investimentos e ao Orçamento da Despesa, para o ano em curso, nos termos que constam dos documentos anexos ao presente despacho, e dele ficam a fazer parte integrante, constituindo as subseqüentes três folhas.-----

A competência para aprovar as alterações modificativas (conceito correspondente ao de revisão previsto no POCAL, que, nos termos da alínea b) do nº 1 do artigo 17.º do Decreto-Lei 192/2015, de 11 de setembro, nesta parte se mantém em vigor) é da assembleia municipal (alínea a) do nº 1 do artº 25º do Anexo I da referida Lei 75/2013), sob proposta da câmara municipal. -----

Sucede que a próxima sessão ordinária da assembleia municipal terá lugar apenas no próximo mês de fevereiro, sendo que aquele Contrato de Urbanização carece de ser assinado de imediato, sob pena de serem postos em causa os prazos previstos para a instalação de novas unidades empresariais. -----

Agende-se para a próxima reunião ordinária da câmara municipal para ratificação, e à próxima sessão da assembleia municipal, também para ratificação. -----

À Divisão Financeira para execução e ao Serviço de Apoio aos Órgãos Autárquicos, para os efeitos atrás referidos.-----

Santo Tirso, 09 de janeiro de 2020

O presidente,

(Alberto Costa)

Documento assinado de forma digital
com cartão do cidadão



M.021GR

LISTAGEM DE MODIFICAÇÕES
 Ano Contabilístico: 2020 Data Aprovação :

Página: 1

Tipo de Modificação : ROD - ALTERAÇÃO MODIFICATIVA AO ORÇAMENTO DA DESPESA Número : 1						
Orgânica	Econômica	Plano	Designação (Econômica ou Plano)	Dotação Atual	Aumentos	Diminuições
02	07010301		Instalações serviços	699.901,90	192.000,00	
02	07010401		Viadutos, Arruamentos e Obras Complementares	7.145.461,51		192.000,00
Total de Aumentos/Diminuições:					192.000,00	192.000,00
Tipo de Modificação : RPI - ALTERAÇÃO MODIFICATIVA AO PLANO DE INVESTIMENTOS Número : 1						
Orgânica	Econômica	Plano	Designação (Econômica ou Plano)	Dotação Atual	Aumentos	Diminuições
02	07010401	2008 I 46	REQUALIFICAÇÃO ZONA INDUSTRIAL ALTO CRUZ, VÁRZEA E FREIXEIRO - PROJETO	500.000,00		192.000,00
02	07010301	2013 I 30	REQUALIFICAÇÃO E EXPANSÃO DAS ÁREAS DE ACOLOHIMENTO EMPRESARIAL NA ENVOLVENTES À VIA DO TRABALHO	3.065,77	192.000,00	
Total de Aumentos/Diminuições:					192.000,00	192.000,00
Total Geral :					384.000,00	384.000,00

ORGÃO EXECUTIVO

Em ____ de ____ de ____

ORGÃO DELIBERATIVO

Em ____ de ____ de ____

ENTIDADE		MODIFICAÇÕES AO ORÇAMENTO DA DESPESA				Página: 1
MUNICÍPIO DE SANTO TIROSO		MODIFICAÇÃO NÚMERO: 1 ALTERAÇÃO MODIFICATIVA AO ORÇAMENTO NÚMERO 1 DO ANO CONTABILÍSTICO DE 2020 DATA DE APROVAÇÃO				
IDENTIFICAÇÃO DAS RUBRICAS			DESPESA			
CLASSIFICAÇÃO ORGÂNICA	ECONÔMICA	DESCRIÇÃO	DOTAÇÃO ANTERIOR	MODIFICAÇÕES ORÇAMENTAIS		DOTAÇÃO SEGUINTE
				INSCRIÇÕES / REFORÇOS	DIMINUIÇÕES / ANULAÇÕES	
02		CÂMARA MUNICIPAL E SERVIÇOS MUNICIPAIS	7.845.363,41	192.000,00	192.000,00	7.845.363,41
	07	Aquisição bens capital	7.845.363,41	192.000,00	192.000,00	7.845.363,41
	0701	Investimentos	7.845.363,41	192.000,00	192.000,00	7.845.363,41
	070103	Edifícios	699.901,90	192.000,00		891.901,90
	07010301	Instalações serviços	699.901,90	192.000,00		891.901,90
	070104	Construções diversas	7.145.461,51		192.000,00	6.953.461,51
	07010401	Viadutos, Arruamentos e Obras Complementares	7.145.461,51		192.000,00	6.953.461,51
TOTAL ...			7.845.363,41	192.000,00	192.000,00	7.845.363,41
TOTAL DE DESPESAS CORRENTES						
TOTAL DE DESPESAS DE CAPITAL ...				192.000,00	192.000,00	

DESPACHO

Em ____ de ____ de ____

Em ____ de ____ de ____



2. EMPREITADA "REMODELAÇÃO DO NÓ DA VARIANTE À EN105 EM SANTO TIRSO-PONTE DE FRÁDEGAS" - ADJUDICAÇÃO DE TRABALHOS DE SUPRIMENTO DE ERROS E OMISSÕES E APROVAÇÃO DA MINUTA DO RESPETIVO CONTRATO ADICIONAL (Nº4).-----

Presente informação da Divisão de Projetos e Empreitadas, de seis do corrente mês de janeiro, registada com o número cento e treze, que aqui se dá por inteiramente transcrita para todos os efeitos legais, a comunicar que se mostra necessário executar trabalhos adicionais na empreitada acima referida, para suprimento de erros e omissões do caderno de encargos, no montante de 16 720,00€ (dezasseis mil setecentos e vinte euros), mais IVA. -----

O senhor presidente propôs que a câmara municipal deliberasse adjudicar a execução dos aludidos trabalhos e aprovar a minuta do respetivo contrato adicional, da qual se anexa cópia à presente ata e dela fica a fazer parte integrante, constituindo o Anexo I da mesma, e deliberasse autorizar a celebração do mesmo. -----

A respetiva despesa será satisfeita pela rubrica orçamental com a classificação económica 07010401, na qual tem dotação, conforme proposta de cabimento orçamental número 2763/2019, validada em sete do corrente mês de janeiro. -----

O compromisso assumido com a celebração do respetivo contrato está registado no sistema de contabilidade de apoio à execução orçamental com número 2798/2019, conforme documento de requisição externa de despesa número 3143/2019, de 19 de dezembro, validado em oito em do corrente mês de janeiro. -----

No momento da discussão deste assunto, o presidente da câmara municipal esclareceu que os trabalhos em causa são justificados pela necessidade de colocação de lâmpadas LED, que não estavam previstas, mas que é muito importante, e por isso foi decidido avançar com a sua colocação.

A câmara municipal deliberou adjudicar os aludidos trabalhos de suprimento de erros e omissões do caderno de encargos, aprovar a minuta do respetivo contrato adicional e autorizar a



celebração do mesmo. -----

A presente deliberação foi tomada com cinco votos a favor, dos edis eleitos enquanto inscritos na lista do Partido Socialista, e duas abstenções, dos vereadores eleitos enquanto inscritos na lista da coligação PPD/PSD.CDS-PP, que fizeram a seguinte declaração de voto: -----

“Em relação a estes trabalhos entendemos que, de facto, são mesmo necessários, porque é importante manter o local mais seguro, e por isso a correção, mas entendemos nós que isto deveria ter sido logo previsto no início, com a elaboração do projeto. A nossa posição de voto está na linha de votações anteriores, onde já alertamos para a falta de rigor e de planeamento das obras.” -----

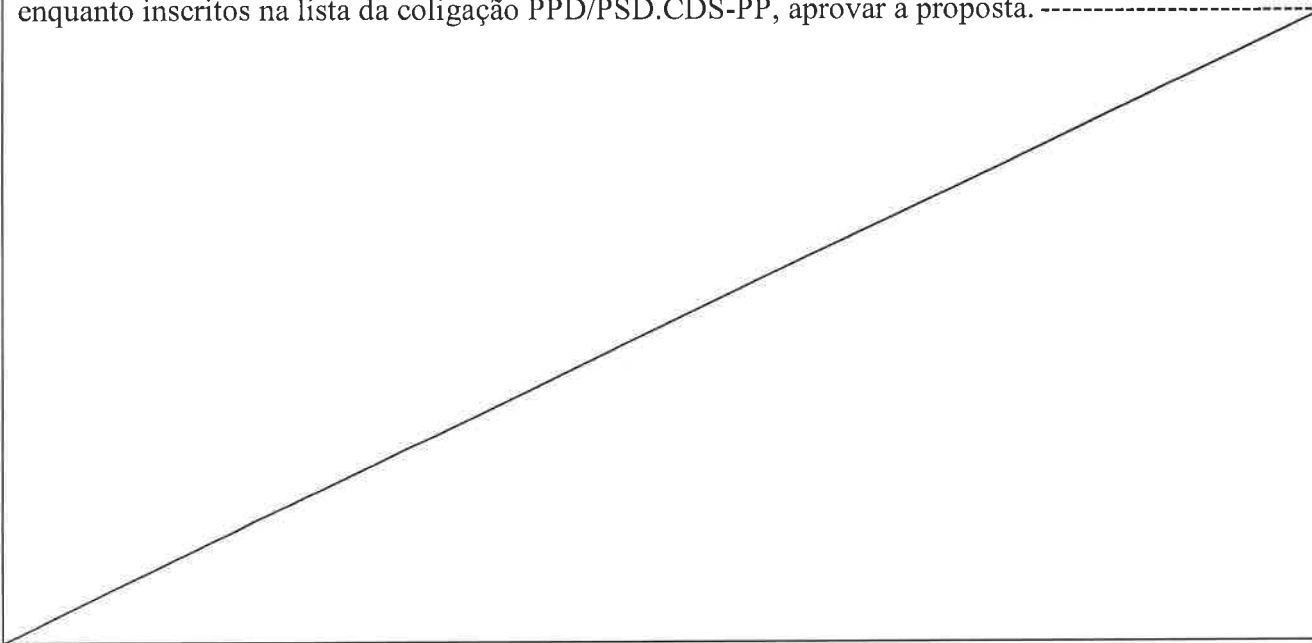


3. EMPREITADA - "REABILITAÇÃO DO CONJUNTO HABITACIONAL DE ARGEMIL E REQUALIFICAÇÃO DOS ESPAÇOS EXTERIORES" - RATIFICAÇÃO DE ORDEM DE SUPRESSÃO DE TRABALHOS INCLUÍDOS NO CONTRATO INICIAL (TRABALHOS A MENOS) E APROVAÇÃO DA MINUTA DO RESPETIVO CONTRATO ADICIONAL. -----

Presente informação da Divisão de Projetos e Empreitadas, de sete do corrente mês de janeiro, registada com o número duzentos e dois, que aqui se dá por inteiramente transcrita para todos os efeitos legais, a comunicar que foram suprimidos trabalhos incluídos na empreitada acima referida, no valor de 4 501,04€ (quatro mil quinhentos e um euros e quatro centimos), acrescido de IVA. -----

O senhor presidente propôs que a câmara municipal deliberasse ratificar a ordem de supressão do contrato inicial dos aludidos trabalhos, pelas razões que constam da aludida informação, e deliberasse aprovar a minuta do respetivo contrato adicional, da qual se anexa cópia à presente ata e dela fica a fazer parte integrante, constituindo o Anexo II da mesma, e deliberasse ainda autorizar a celebração do respetivo contrato adicional. -----

Após discussão do assunto, a câmara municipal deliberou, com cinco votos a favor, dos edis eleitos enquanto inscritos na lista do Partido Socialista, e duas abstenções, dos vereadores eleitos enquanto inscritos na lista da coligação PPD/PSD.CDS-PP, aprovar a proposta. -----





[Handwritten signature]

4. "REQUALIFICAÇÃO DA EM 318 - ÁGUA LONGA" - AQUISIÇÃO DA PARCELA 1 - PROPOSTA DE ACEITAÇÃO DAS CONDIÇÕES DE CEDÊNCIA.-----

Presente informação conjunta da Divisão Jurídica e do Serviço de Projetos, de dez do corrente mês de janeiro, registada com o número quatrocentos e cinquenta e um, que aqui se dá por inteiramente transcrita para todos os efeitos legais, a comunicar o resultado das negociações efetuadas com os proprietários da parcela de terreno identificada na respetiva planta cadastral com o número um, que se mostra necessária para a execução da obra acima referida. -----

Pelo senhor presidente da câmara foi apresentada a seguinte proposta:-----

Considerando o teor da aludida informação técnica, cuja fundamentação é carreada para a presente proposta;-----

Considerando que o Código das Expropriações permite que o preço dos terrenos seja pago em espécie, designadamente através da execução de trabalhos a que o município não estaria, em princípio, obrigado;-----

Considerando que as contrapartidas propostas pelos proprietários são aceitáveis, atendendo a que o município está obrigado a garantir as condições de segurança rodoviária, e considerando ainda os custos inerentes a um processo de expropriação;-----

Proponho que a câmara municipal delibere aprovar as condições de negociação da referida parcela de terreno, à qual se atribui o valor de 4 384,80€ (quatro mil trezentos e oitenta e quatro euros e oitenta centimos), e delibere adquirir a mesma pela via do direito privado, para efeitos de integração no domínio público do município, no âmbito da execução da referida obra, assumindo o município a obrigação de executar todos os trabalhos que se mostrem necessários para cumprimento do referido nas alíneas a) a c) do nº 1 da aludida informação. -----

Parcela de terreno

Parcela de terreno com a área de 108m² (cento e oito metros quadrados), sita no lugar da Igreja, freguesia de Água Longa, concelho de Santo Tirso, a confrontar de norte com a parte restante

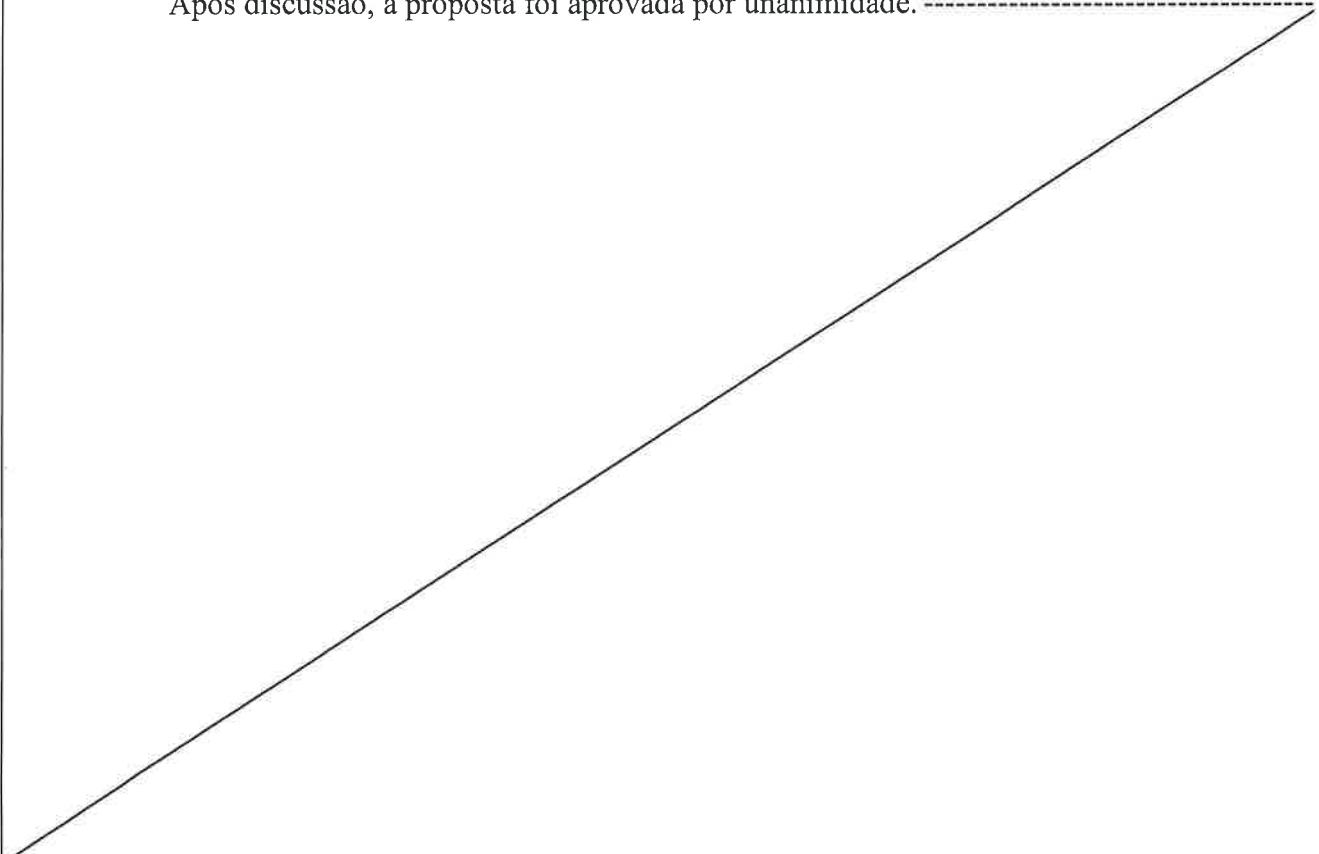


do prédio, de sul com EM 318, e de nascente e poente com terreno do domínio público, que é a desanexar do prédio rústico inscrito na matriz predial respetiva sob o artigo mil e noventa e oito e descrito na Conservatória do Registo Predial de Santo Tirso sob o número mil duzentos e dez da freguesia de Água Longa, que é compropriedade de Marco Alberto Lopes da Costa, divorciado; Álvaro Jorge Teixeira da Cruz, casado no regime de comunhão de adquiridos com Sónia Patricia Barros da Rocha Gomes Cruz e Cláudia Maria Mota dos Santos Couto, casada no regime de comunhão de adquiridos com Ricardo Jorge Couto, todos melhor identificados no respetivo processo.

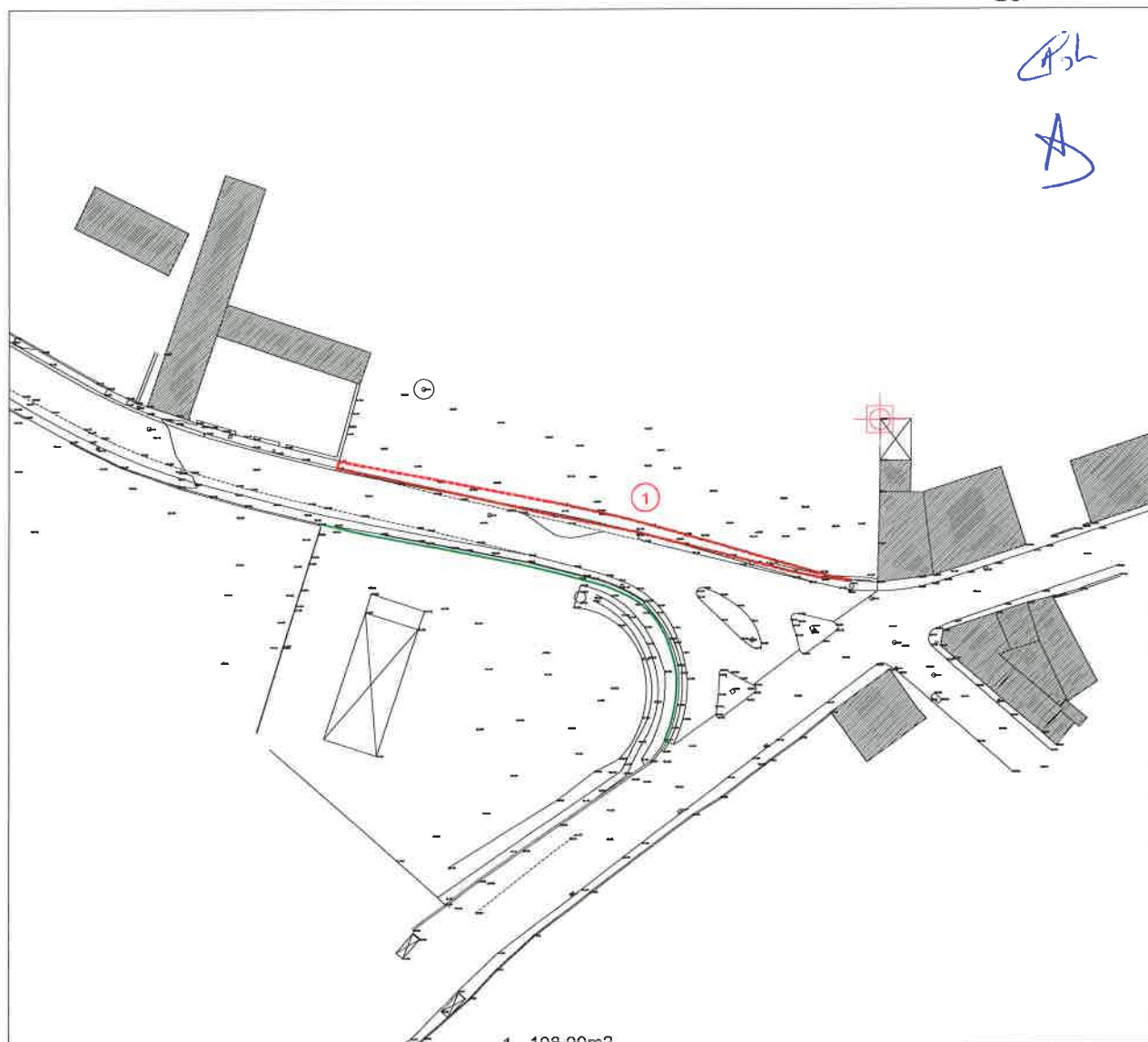
A identificada parcela de terreno está delimitada na planta que se anexa à presente ata e dela fica a fazer parte integrante, constituindo a subsequente folha. -----

Da aquisição da parcela de terreno em causa não resulta fracionamento proibido do prédio, face ao disposto no n.º 7 do artigo 11.º do Código das Expropriações. -----

Após discussão, a proposta foi aprovada por unanimidade. -----



Desenho Assistido por Computador - AutoCAD 2010 - Licenciado a Câmara Municipal de Santo Tirso - Lic. n.º 392-07804134



Parcela 1 - área: 108.00 m2

Proprietário: Claudia Maria Mota Santos Couto e outros

Confrontações:

Norte: Próprio
Sul: E.M. 318
Nascente: Domínio Publico
Poente: Domínio Publico



Coordenada Retangular
Origem Datum 73
(valores expressos em metros)
X = -30582.191
Y = 177482.038



Departamento de Urbanismo e Ambiente

Divisão de Ordenamento do Território e Informação Geográfica

REQUALIFICAÇÃO DA E.M. 318
FREGUESIA DE ÁGUA LONGA

Planta Cadastral - P1

Localização - Rua do Bom Pastor

Autor Jaime Carneiro	Rubrica do autor	Colaboradores	Coordenador
-------------------------	------------------	---------------	-------------

Escala: 1/1000 

Referência	SGD	Registo	Substitui	Substituído	Data	Folha
					Janeiro 2019	01



A
Bk

5. EXPROPRIAÇÃO DE UMA PARCELA DE TERRENO DESTINADA À OBRA DENOMINADA "BENEFICIAÇÃO DO ARRUAMENTO PERPENDICULAR À RUA MANUEL DE SOUSA OLIVEIRA - VILA NOVA DO CAMPO" - RESOLUÇÃO DE EXPROPRIAR. -----

Presente informação da Divisão Jurídica, de três de dezembro findo, registada com o número catorze mil quinhentos e oitenta e sete, a comunicar que para a execução dos trabalhos da obra acima identificada é necessário adquirir uma parcela de terreno com a área de 658 (seiscentos e cinquenta e oito) metros quadrados, a seguir melhor identificada, mostrando-se necessário avançar para o processo de expropriação pelo facto de não ter sido possível a aquisição pela via do direito privado, pelas razões indicadas naquela informação, que aqui se dá por inteiramente transcrita para todos os efeitos legais, nomeadamente para efeitos de fundamentação da presente deliberação.-----

Pelo senhor presidente da câmara municipal foi apresentada a seguinte proposta: -----

A obra em causa é de relevante interesse municipal, dado tratar-se de arruamento de acesso a um parque/núcleo industrial, permitindo minimizar os constrangimentos que atualmente se verificam no referido arruamento, tanto no que se refere ao trânsito rodoviário como ao respetivo estacionamento;-----

A execução da obra tem por objetivos a melhoria das acessibilidades, condições de segurança rodoviária e criação de estacionamento devidamente ordenado, o que permite o desenvolvimento do referido núcleo industrial; -----

A aquisição da parcela de terreno abaixo descrita é essencial e imprescindível à execução da empreitada, atendendo a que sem a posse administrativa da mesma será difícil garantir o desenvolvimento dos trabalhos sem interrupções; -----

Pelo que é absolutamente necessário proceder à sua expropriação. -----

A resolução de expropriar tem por lei habilitante o disposto nas alíneas a), c) e m) do nº 2 do artigo 23.º do Anexo I da Lei nº 73/2013, de 12 de setembro, no que se refere às atribuições dos municípios nos domínios do equipamento rural e urbano, transportes e comunicações e promoção do

[Handwritten signature]

desenvolvimento.-----

O pedido de declaração da utilidade pública da expropriação, com caráter urgente, fundamenta-se no disposto no artigo 103.º da Lei nº 2010, de 19 de agosto de 1961, que dispõe que *“As expropriações de bens imóveis para a construção, alargamento ou melhoramento de vias municipais consideram-se urgentes.”*-----

Quer a empreitada quer a aquisição dos terrenos necessárias à sua execução constam do Plano Plurianual de Investimentos para o ano em curso, aprovado pela assembleia municipal em dois de dezembro do ano transato (Objetivo 2.4.2; projeto/ação 09/2019/44).-----

O estudo prévio da referida obra foi aprovado por despacho do presidente da câmara de nove de novembro de dois mil e dezoito, proferido no uso da competência delegada que me foi delegada por deliberação da câmara municipal de vinte e seis de outubro de dois mil e dezassete.-----

Apesar das negociações desenvolvidas com os proprietários da parcela de terreno em causa, não foi possível a sua aquisição pela via do direito privado.-----

Como se referiu, a obra em causa é de relevante interesse municipal, sendo urgente assegurar todas as condições para que a mesma possa ter início e desenvolver-se sem interrupções, sob pena dos prejuízos inerentes para o município.-----

Para efeitos do disposto na alínea c) do n.º 1 do art.º 10º do Código das Expropriações e art.º 11º do mesmo Código, solicitou-se a perito da lista oficial que procedesse à avaliação da parcela de terreno a expropriar, sendo que, de acordo com o respetivo relatório de avaliação datado de vinte e sete de fevereiro de dois mil e dezanove, junto ao respetivo processo administrativo, a previsão dos encargos a suportar com a expropriação da parcela de terreno a seguir descrita é de 7.166,00 € (sete mil cento e sessenta e seis euros), valor que se encontra cativo na rubrica orçamental com a classificação económica 02/070101, conforme proposta de cabimento orçamental número 1104/2019, de 17 de abril, validada no dia 20 do corrente mês de janeiro.-----

Há assim necessidade de se dar início ao processo de expropriação da referida parcela de



terreno, tomando-se a resolução de expropriar prevista no art.º 10.º do Código das Expropriações aprovado pela Lei 168/99, de 18 de setembro. -----

Face ao exposto, proponho que a câmara municipal, ao abrigo do disposto no referido art.º 10.º e art.º 33.º, n.º 1, alínea vv), do anexo I da Lei 75/2013, de 12 setembro, delibere requerer ao Ministro competente a declaração de utilidade pública da expropriação da parcela de terreno a seguir descrita e melhor identificadas na planta anexa à presente ata e da qual fica a fazer parte integrante, constituindo a subsequente folha, com caráter de urgência, face à fundamentação atrás referida, solicitando-se autorização para a posse administrativa ao abrigo do disposto no artigo 19.º do Código das Expropriações. -----

De harmonia com o Plano Diretor Municipal em vigor, a parcela a expropriar, bem como a sua envolvente próxima, está incluída em “Espaço Agrícola e Estrutura Ecológica”, tendo como condicionantes a Reserva Agrícola Nacional e a proximidade a linha de água, de acordo com o Plano Diretor Municipal em vigor. -----

Parcela de terreno a expropriar: -----

Parcela de terreno com a área de 658m² (seiscentos e cinquenta e oito metros quadrados) a confrontar de norte com terreno do domínio público, de sul com Rua Manuel de Sousa Oliveira, de nascente com a parte sobrance do prédio e de poente com arruamento público, a desanexar de um prédio rústico sito na freguesia de Vila Nova do Campo, concelho de Santo Tirso, sendo desconhecida a respetiva descrição predial na Conservatória do Registo Predial e o respetivo artigo matricial, identificado na planta parcelar anexa, contendo as coordenadas dos pontos que definem os limites da área a onerar, reportados à rede geodésica, e na planta cadastral também anexa, propriedade de Maria Albertina Monteiro da Costa Amorim e marido Adriano Augusto Lopes da Silva, casados em regime de comunhão de adquiridos, ela natural de S. Salvador do Campo, da atual freguesia de Vila Nova do Campo, concelho de Santo Tirso, e ele natural da freguesia de Vilela, concelho de Paredes, residentes na Casa de Pontes, Travessa do Cubículo, nº 144, S. Martinho do

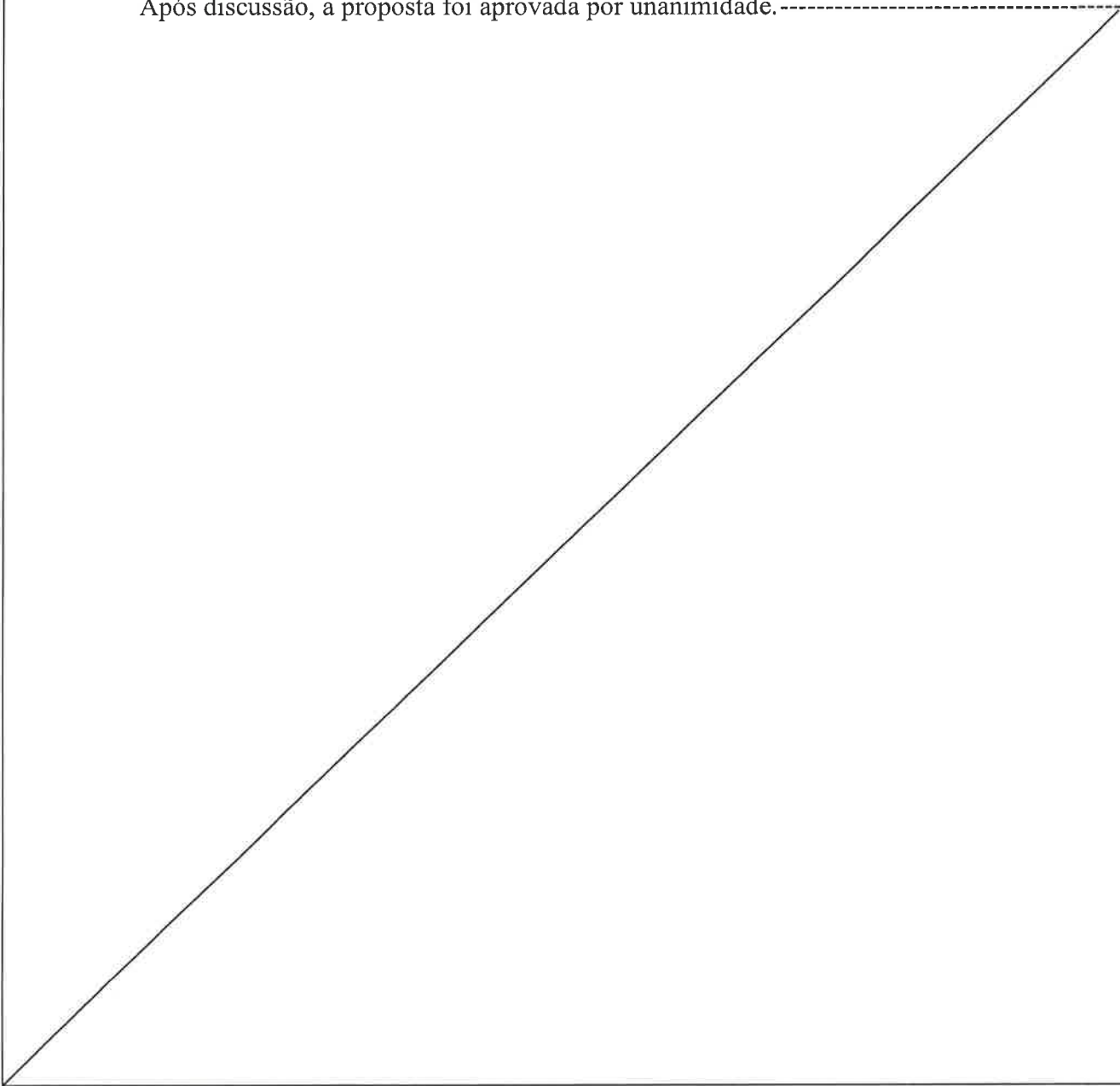


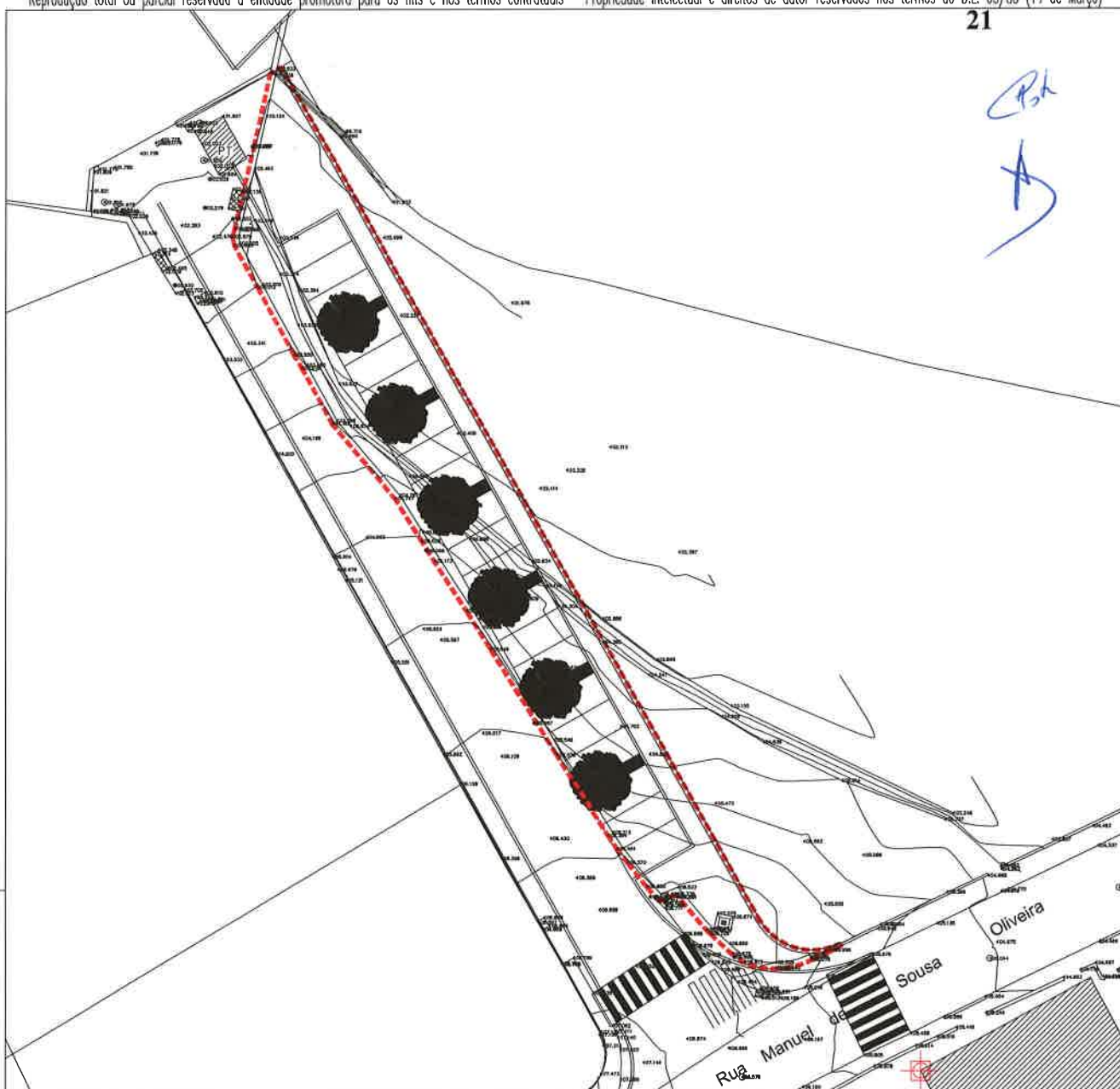
[Handwritten signature]

Campo, da dita freguesia de Vila Nova do Campo, desconhecendo-se quaisquer outros interessados. -

Anexam-se ainda à presente ata e dela ficam a fazer parte integrante, constituindo as folhas vinte e dois a vinte e sete da mesma, extratos das Plantas de Ordenamento, Condicionantes e Condicionantes – Riscos, do Plano Diretor Municipal em vigor. -----

Após discussão, a proposta foi aprovada por unanimidade. -----





Proprietário: **Maria Albertina Monteiro da Costa Amorim**

 Limite da parcela - 658,00m2

Localização: **União de freguesias de Vila Nova do Campo**

Confrontações :

Norte: Domínio Público
Sul: Rua Manuel de Sousa Oliveira
Nascente: Próprio
Poente: Arruamento Público



Coordenada Retangular
Origem Datum 73
(valores expressos em metros)
X = -19719.0462
Y = 188557.1445



Departamento de Urbanismo e Ambiente

Divisão de Ordenamento do Território e Informação Geográfica

Beneficiação / Arranjo urbanístico de arruamento perpendicular à
Rua Manuel de Sousa Oliveira

Planta Cadastral

Localização
União de freguesias de Vila Nova do Campo

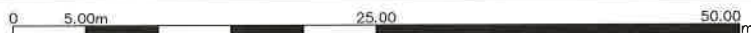
Autor
Jaime Carneiro

Rubrica do autor

Colaboradores

Coordenador

Escala: 1/500



Referência

SGD

Registo

Substitui

Substituído

Data

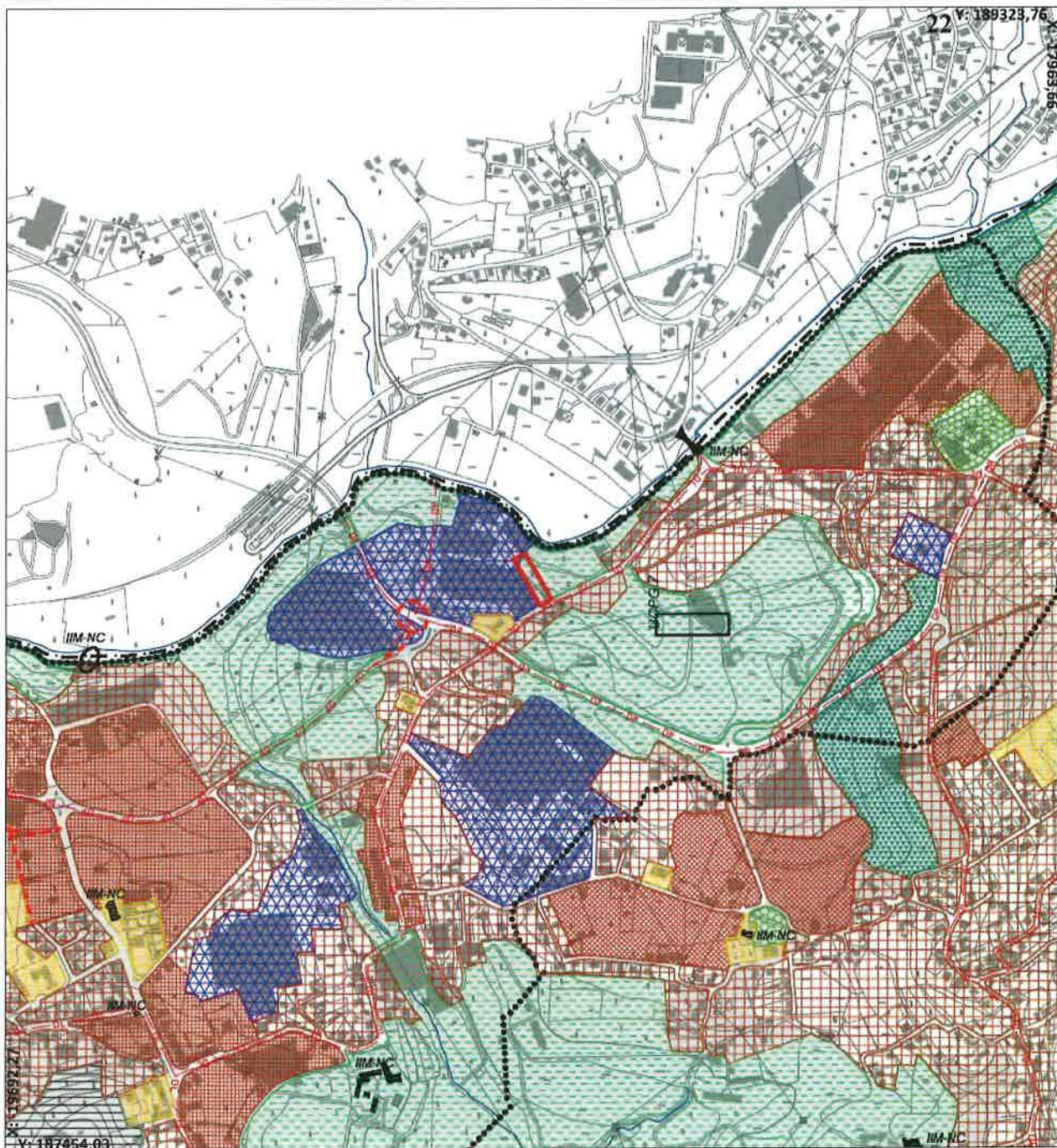
Folha

dezembro 2018

01



M.026GR



Limite da área de intervenção



Departamento de Urbanismo e Ambiente

Divisão de Ordenamento do Território e Informação Geográfica

EXTRATO DA PLANTA DE ORDENAMENTO DO PLANO DIRETOR MUNICIPAL

Acesso a Unidade Industrial - Alargamento e Criação de Estacionamento

Autor
Ivo Moinhos

Rubrica do autor

Colaboradores

Coordenador
Ivo Moinhos

Escala: 1/10 000

0 100 500 1000m

Entidade proprietária da cartografia
Câmara Municipal de Santo Tirso

Entidade Produtora
ARTOP

Data edição
31/09/2000

Série cartográfica oficial
Não aplicável

Homologação oficial
IGP - 21 Maio 2004

Sistema de projeção
Hayford Gauss

Datum
Datum 73

Projeção Cartográfica
Gauss

Exatidão posicional e temática
Planimetria menor ou igual 1m / menor 1.15m

Referência

SGD

Registo

Substitui

Substituído

Data
30-10-2018

Folha
01

CLASSIFICAÇÃO DO SOLO URBANO:

CLASSIFICAÇÃO DO SOLO RURAL:

ESTRUTURA ECOLÓGICA MUNICIPAL

UNIDADES OPERATIVAS DE PLANEAMENTO E GESTÃO:

UOPG 1	Plano de Pormenor da Zona Industrial de Fonticosos	UOPG10.1	Via do Trabalho Norte, Santo Tirso
UOPG 2	Plano de Pormenor da Quinta de Geão	UOPG10.2	Via do Trabalho Sul, Santo Tirso e S. C. do Couto
UOPG 3	Plano de Pormenor da Zona das Rãs	UOPG11	Agrela / Água Longa
UOPG 4	Plano de Urbanização das Margens do Ave	UOPG12	Rebordões Norte
UOPG 5	Verdeal, Vila das Aves	UOPG13	Alto do Sobrado, Vila das Aves
UOPG 6	Caldas da Saúde, Areias	UOPG14	Golfe Pizão, Água Longa
UOPG 7	S. Martinho do Campo	UOPG15	Guimarei - Centro
UOPG 8	Santo Tirso - Centro da Cidade	UOPG16	Frente Ribeirinha do Rio Vizela, Vila das Aves
UOPG 9	Juncal, Santo Tirso		

IMÓVEIS DE INTERESSE MUNICIPAL NÃO CLASSIFICADOS:

IIM - NC Imóveis e Conjuntos IIM - NC Sítios Arqueológicos

REDE VIÁRIA

Rede Coletora:

- Existente: RC1-RC2, RC2-RC3, RC3-RC4
- Proposta: RC2-RC4

Distribuidora Local:

- Existente: DL1-DL2, DL2-DL3, DL3-DL4
- Proposta: DL1-DL4

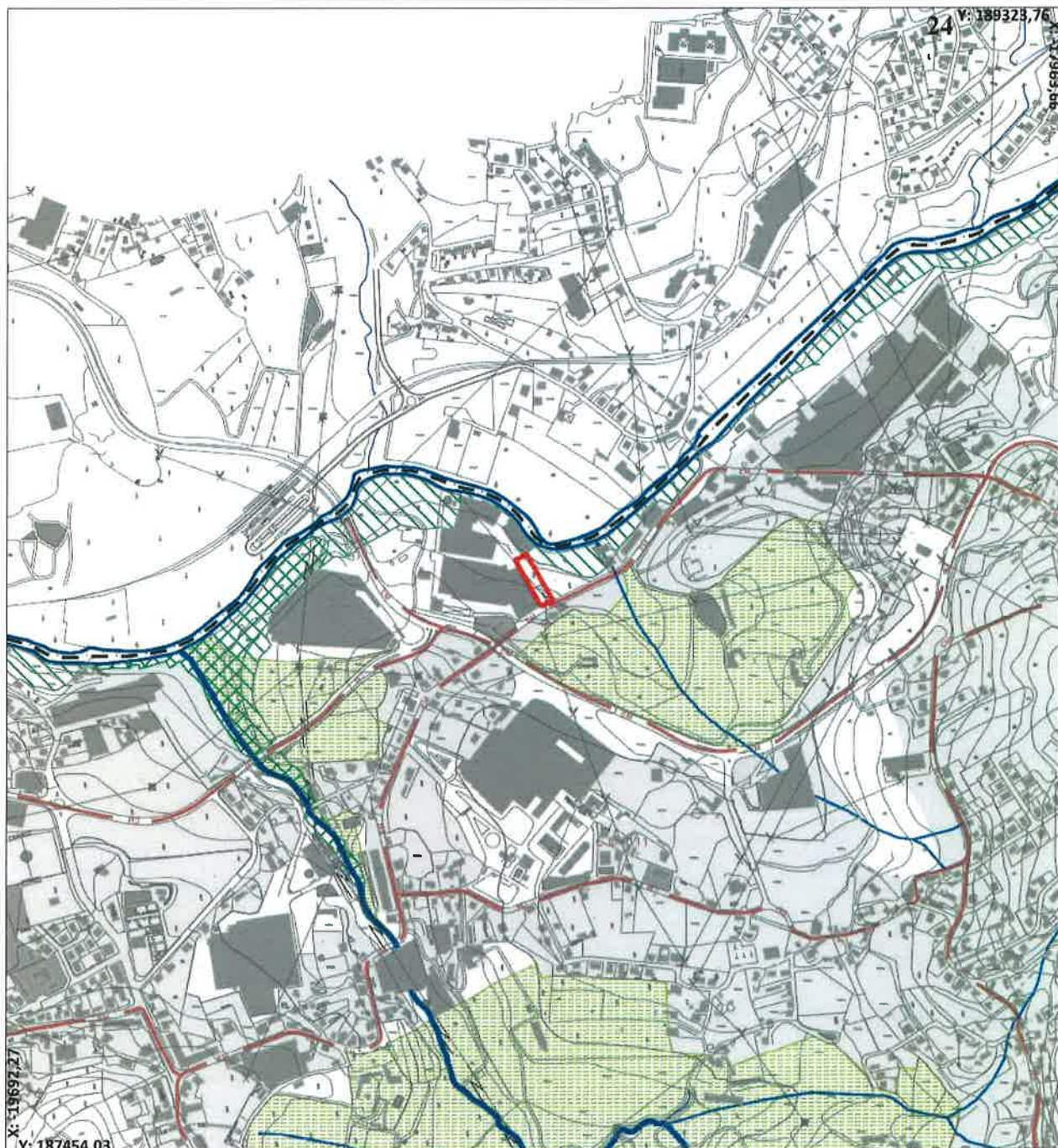
Distribuidora Principal:

- Existente: DP1-DP2
- Proposta: DP1-DP2

REDE FERROVIÁRIA

Existente

LIMITE DE CONCELHO



Limite da área de intervenção




Departamento de Urbanismo e Ambiente

Divisão de Ordenamento do Território e Informação Geográfica

EXTRATO DA PLANTA DE CONDICIONANTES DO PLANO DIRETOR MUNICIPAL

Acesso a Unidade Industrial - Alargamento e Criação de Estacionamento

Autor Ivo Moinhos		Rubrica do autor		Colaboradores		Coordenador Ivo Moinhos	
Escala: 1/10 000							
Entidade proprietária da cartografia Câmara Municipal de Santo Tirso		Entidade Produtora ARTOP	Data edição 31/09/2000	Série cartográfica oficial Não aplicável		Homologação oficial IGP - 21 Maio 2004	
Sistema de projeção Hayford Gauss	Datum Datum 73	Projeção Cartográfica Gauss		Exatidão posicional e temática Planimetria menor ou igual 1m / menor 1.15m			
Referência	SGD	Registo	Substitui	Substituído	Data 30-10-2018	Folha 01	

LEGENDA DA PLANTA DE CONDICIONANTES DO PLANO DIRETOR MUNICIPAL

RECURSOS HÍDRICOS:

 Linhas de Água do Domínio Hídrico

RECURSOS GEOLÓGICOS:

 Pedreiras (n.º de licença)

Perímetro de Protecção das Termas das
Caldas da Saúde (HM-44) - Portaria n.º 80/2008:

 Zona Imediata

 Zona Intermédia

 Zona Alargada

RESERVAS NACIONAIS:

 Reserva Agrícola Nacional (RAN)

Reserva Ecológica Nacional (REN):

 Zonas ameaçadas pelas chelvas

 Áreas de máxima infiltração

 Cabeceiras de linhas de água

 Áreas com riscos de erosão

 Leitos dos cursos de água da REN

ESPÉCIES LEGALMENTE PROTEGIDAS:

 Povoamento de sobreiros (*Quercus suber*)

RÚIDO :

 Zonas Sensíveis

 Zonas Mistas
INFRA-ESTRUTURAS DE COMUNICAÇÃO
E TRANSPORTE :

— A3 IP1 — Itinerário Principal (A3)
— A41-IC24 — Itinerário Complementar (IC24)
— EN — Outras Estradas (EN105, EN104, EN204)
— ER — Estradas Regionais (ER207, ER319)
— EM — Estradas Municipais
— CM — Caminhos Municipais

 Zona de servidão non aedificandi da variante à EN14

 Linha Férrea

INFRA-ESTRUTURAS BÁSICAS :

 Linhas de Alta Tensão

 Gasoduto - traçado

 Reservatório

CARTOGRAFIA :

 Marcos Geodésicos

 LIMITE DO CONCELHO

IMÓVEIS CLASSIFICADOS E EM VIAS DE CLASSIFICAÇÃO:

XX MN

 Monumento Nacional (MN)

XX IIP

 Imóvel de Interesse Público (IIP)

XX IVC

 Imóvel em vias de classificação (IVC)

XX Ivr

 Imóvel em vias de reclassificação (IVr)

01 IIP

 Casa do Mosteiro, Roriz, Santo Tirso, Porto IIP, Decreto N.º 28/82 de 28-2

02 IIP

 Casa e Quinta de Diniz de Cima, Santo Tirso, Porto IIP, Decreto N.º 1/86 de 3-1

03 IIP

 Casa e Quinta de Diniz de Balxo, Santo Tirso, Porto IIP, Decreto N.º 45/93 de 30-11

04 IIP

 Castro de Santa Margarida, Negrelos (S. Tomé) Santo Tirso, Porto IIP, classificado através do Decreto N.º 29/90 de 17-07

05 MN

 Castro do Monte Padrão - Monte Córdova Monte Córdova, Santo Tirso, Porto MN, Decreto de 18-08-1910; Decreto N.º 38491 de 6-11-1951 ZEP, Portaria n.º 372/2011, DR N.º 35, 2ª série, de 18-02-2011

06 IIP

 Conjunto formado pelo edifício da Serra Hidráulica de Pereiras e respectiva máquina, o aqúde em que está integrada e o canal que a serve Monte Córdova, Santo Tirso, Porto, IIP, Decreto N.º 26 - A/92 de 01-06

07 IIP

 Igreja de S. Miguel Vilarinho, Vilarinho, Santo Tirso, Porto IIP, Decreto N.º 39175 de 17-4-1953

08 MN

 Igreja de S. Pedro de Roriz Roriz, Roriz, Santo Tirso, Porto MN, Decreto de 18-6-1910

09 IIP

 "Loggia" quinhentista e Capela manuelina da Igreja de S. Tomé de Negrelos. S. Tomé de Negrelos, Santo Tirso, Porto IIP, Decreto N.º 33587 de 27-3-1944

10 MN

 Mosteiro de Santo Tirso (São Bento) Santo Tirso, Santo Tirso, Porto, MN, Decreto de 18-6-1910; Decreto N.º 38491 de 6-11-1951; Decreto N.º 28/82 de 28-2

11 IIP

 Pintura a Fresco da capela-mor da Igreja de Santa Maria de Negrelos, Santa Maria de Negrelos, Roriz, Santo Tirso, Porto IIP, Decreto n.º 41 191, DG 162 de 18 de Julho de 1957

12 IVC

 Capela de Santa Cruz Santa Cruz, Burgães, Santo Tirso, Porto IVC, Despacho da Secretaria de Estado da Cultura de 27. 12. 1979; Despacho de 31 de Janeiro de 1980

 Limite do Monumento

 Zona de Protecção (ZP = 50 metros)

 Zona Especial de Protecção (ZEP)

ÁRVORES DE INTERESSE PÚBLICO :

 Árvores Isoladas de Interesse Público:

1 - *Quercus robur* L. - Valinhas (junto à capela),
Monte Córdova
(Diário da República, II Série, n.º 119, de 23/05/1940)

2 - *Camellia japonica* L. - Cemitério da Agrela
(Diário da República, II Série, n.º 81, de 07/04/1997)

3 - *Quercus robur* L. - Lugar da Carvalheira, Burgães
(Diário da República, II Série, n.º 193, de 22/08/1997)

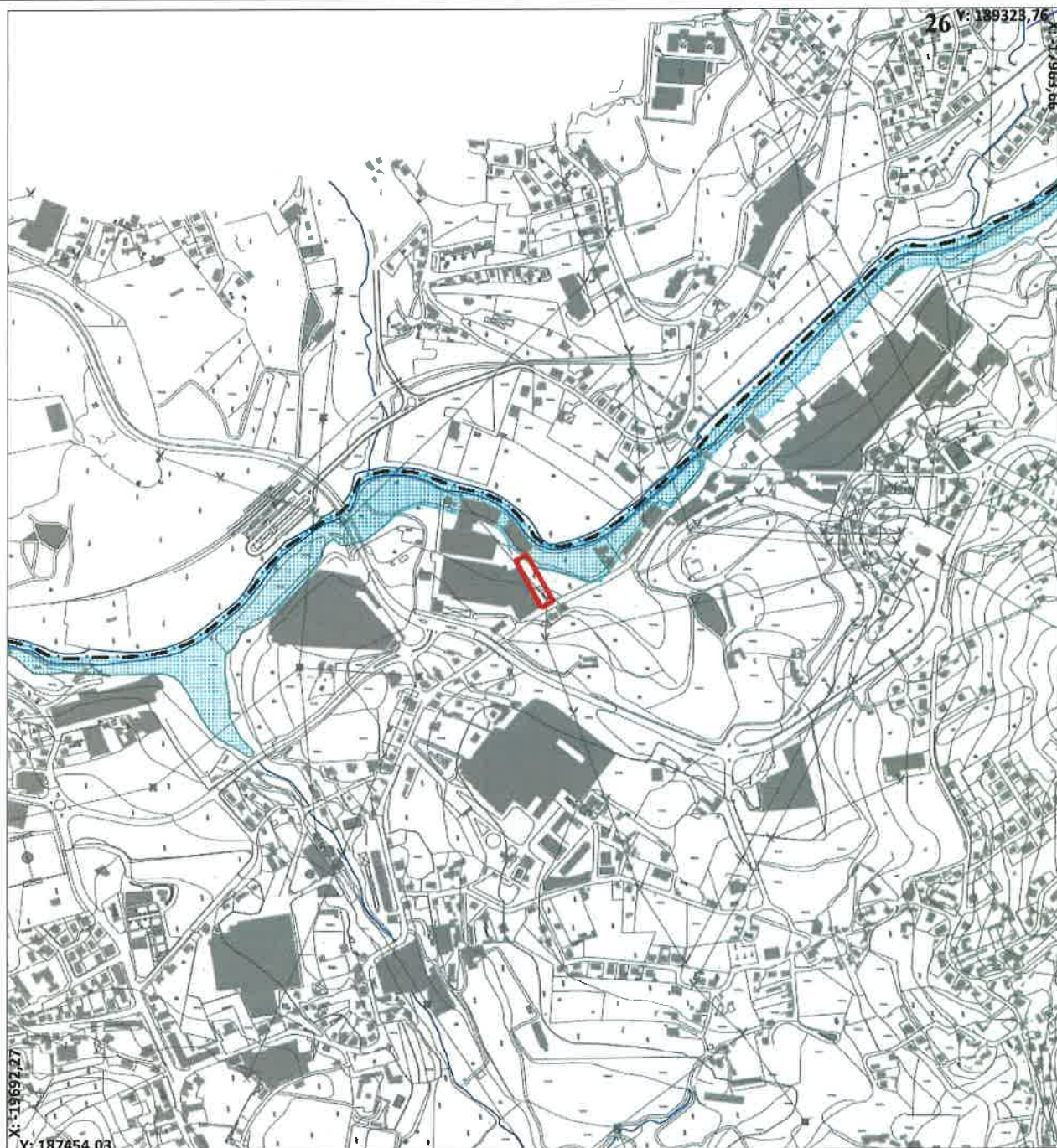
4 - *Quercus robur* L. - Lugar da Carvalheira, Guimarei
(Diário da República, II Série, n.º 66, de 19/03/2001)

 Conjunto de Árvores de Interesse Público

5 - *Platanus hybrida* BROT. - Alameda (Junto à ponte
sobre o rio Ave) - Santo Tirso
(Diário da República, II Série, n.º 118, de 22/05/1940)

6 - *Platanus* spp. - Maciço Arbóreo constituído por 4
plátanos - S. Miguel do Couto
(Diário da República, II Série, n.º 54, de 04/03/2000)

 Zona de Protecção (ZP = 50 metros)



 Limite da área de intervenção



Departamento de Urbanismo e Ambiente

Divisão de Ordenamento do Território e Informação Geográfica

EXTRATO DA PLANTA DE CONDICIONANTES - RISCOS DO PLANO DIRETOR MUNICIPAL

Acesso a Unidade Industrial - Alargamento e Criação de Estacionamento

Autor Ivo Moinhos	Rubrica do autor	Colaboradores	Coordenador Ivo Moinhos
----------------------	------------------	---------------	----------------------------

Escala: 1/10 000 

Entidade proprietária da cartografia Câmara Municipal de Santo Tirso	Entidade Produtora ARTOP	Data edição 31/09/2000	Série cartográfica oficial Não aplicável	Homologação oficial IGP - 21 Maio 2004
Sistema de projeção Hayford Gauss	Datum Datum 73	Projeção Cartográfica Gauss	Exatidão posicional e temática Planimetria menor ou igual 1m / menor 1.15m	

Referência	SGD	Registo	Substitui	Substituído	Data 30-10-2018	Folha 01
------------	-----	---------	-----------	-------------	--------------------	-------------











M.012DOTIG

LEGENDA DA PLANTA DE CONDICIONANTES - RISCOS DO PLANO DIRETOR MUNICIPAL

ÁREAS PERCORRIDAS POR INCÊNDIO

Para efeito da restrição prevista no DL 327/90, alterado pelo DL 55/2007

	2007
	2008
	2009
	2010
	2011
	2012
	2013
	2015

ÁREAS DE RISCO DE INCÊNDIO FLORESTAL DAS CLASSES ALTA OU MUITO ALTA


Para efeito das restrições previstas no artigo 16º do DL 124/2006, alterado pelo DL 17/2009

	Classe alta ou muito alta
---	---------------------------



ÁREAS INUNDÁVEIS

	Limite de Cheta com período de retorno de 100 anos - n.º 7 do art.º 40 da Lei 58/2005
---	---

SUBSTÂNCIAS PERIGOSAS - DIRETIVA SEVESO

	Instalação de armazenagem de gás - Alvará nº 3038/P de 27/03/2006
---	---

EXPLOSIVOS (zona de Segurança):

	Edifícios de armazenagem e fabrico de produtos explosivos
	P2: Processo nº 870/04 - Alvará 427 de 03/06/2005
	P1: Processo nº 1089/202 - Licença de utilização 403 de 17/11/2003
	Zona de segurança

	LIMITE DE CONCELHO
---	--------------------



[Handwritten signature]

6. PROPOSTA DE CELEBRAÇÃO DE PROTOCOLO DE COLABORAÇÃO ENTRE O MUNICÍPIO E A CERMA – SERVIÇOS MÉDICOS E DE REABILITAÇÃO, LDA, TENDO POR OBJETO A UTILIZAÇÃO DA PISCINA MUNICIPAL.-----

Presente informação da Divisão Jurídica, de dezassete do corrente mês de janeiro, registada com o número setecentos e setenta e dois, a remeter minuta de Protocolo de Colaboração a celebrar entre o município de Santo Tirso e a sociedade denominada CERMA – Serviços Médicos e de Reabilitação Ld.^a, tendo por objeto estabelecer as condições de utilização da Piscina Municipal, propriedade do município, pelos utentes da CERMA. -----

Anexa-se cópia da aludida minuta de protocolo à presente ata, e dela fica a fazer parte integrante, constituindo o Anexo III da mesma.-----

O senhor presidente propôs que a câmara municipal deliberasse celebrar com a CERMA - Serviços Médicos e de Reabilitação Ld.^a, um Protocolo de Colaboração, nos termos da aludida minuta e designar como gestora do acompanhamento da execução do Protocolo a colaboradora deste município Marta Luísa Brandão Moinhos Costa. -----

Após discussão, a proposta foi aprovada por unanimidade.-----





7. APOIO À UTILIZAÇÃO DOS TRANSPORTES PÚBLICOS URBANOS - PROPOSTA DE AQUISIÇÃO DE TÍTULOS DE TRANSPORTE À SOCIEDADE TUST - TRANSPORTES URBANOS DE SANTO TIRSO LDª PARA DISPONIBILIZAÇÃO A MUNICÍPIES INTEGRADOS EM ESTRATOS SOCIAIS MAIS DESFAVORECIDOS E BENEFICIÁRIOS DO CARTÃO + VIDA.--

Presente informação conjunta da Divisão de Mobilidade e Transportes e do Serviço de Apoio à Família, de sete do corrente mês de janeiro, registada com o número quinze mil seiscientos e quarenta e seis/dois mil e dezanove, a propor que a câmara municipal, no âmbito das suas competências de apoio a estratos sociais desfavorecidos ou dependentes, implemente medidas concretas de apoio à mobilidade e à acessibilidade a estratos sociais desfavorecidos e a portadores de condicionantes físicas, disponibilizando títulos de transporte dos TUST – Transportes Urbanos de Santo Tirso Lda., a esses segmentos da população, bem como a beneficiários do cartão + VIDA (seniores), residentes no concelho de Santo Tirso. -----

Pelo senhor presidente foi apresentada a seguinte proposta: -----

Considerando o teor da aludida informação, que aqui se dá por inteiramente transcrita para todos os efeitos legais;-----

Proponho que a câmara municipal delibere a abertura de procedimento para aquisição de títulos de transporte ou passes de transporte à sociedade TUST – Transportes Urbanos de Santo Tirso Lda., durante o ano em curso, até ao montante máximo de 125.000,00 € (cento e vinte e cinco mil euros), mais IVA, para serem disponibilizados aos referidos estratos sociais, de acordo com os critérios previstos no n.º 9 da aludida informação, cuja aprovação igualmente se propõe. -----

A respetiva despesa será satisfeita pela rubrica orçamental com a classificação económica 020210, na qual tem dotação, conforme proposta de cabimento orçamental n.º 2799/2019, de 19 de dezembro, validada em oito do corrente mês de janeiro. -----

A proposta foi aprovada por unanimidade. -----



8. JUNTA DE FREGUESIA DE VILA DAS AVES - BENEFICIAÇÃO DE PASSEIOS NA RUA NARCISO JOSÉ MACHADO GUIMARÃES - PEDIDO DE SUBSIDIO.-----

Presente comunicação da junta de freguesia de Vila das Aves, enviada por email de vinte e quatro de agosto último, registado com o número vinte e um mil cento e trinta e quatro, a solicitar a atribuição de um subsídio no montante de 18.000,00 € (dezoito mil euros) mais Iva, para ajudar a custear as despesas com as obras de beneficiação de passeios na Rua Narciso José Machado Guimarães, conforme orçamento que anexa.-----

O assunto vem informado pela Divisão de Projetos e Empreitadas, conforme informação de seis de setembro último, registada com o número dez mil seiscentos e oitenta, que aqui se dá por inteiramente transcrita, para todos os efeitos legais. -----

O senhor presidente propôs que a câmara municipal deliberasse propor à assembleia municipal, face à competência prevista na alínea j) do n.º 1 do artigo 25.º do Anexo I da Lei 75/2013, de 12 de setembro, a atribuição de um subsídio à junta de Freguesia da Vila das Aves, no montante de 19.080,00 € (dezanove mil e oitenta euros), para execução da referida obra, a pagar à medida da execução dos trabalhos. -----

A respetiva despesa será satisfeita pela rubrica orçamental com a classificação económica 08050102, conforme proposta de cabimento orçamental n.º 2275/2019, de 11 de setembro, validada no dia sete do corrente mês de janeiro.-----

O compromisso inerente à deliberação da assembleia municipal está registado no sistema de contabilidade de apoio à execução orçamental com o número 2185/2019, de 11 de setembro, validado no dia 16 do corrente mês de janeiro, conforme documento de requisição externa de despesa número 2492/2019. -----

No momento da discussão da proposta, interveio o vereador Carlos Fernandes, tendo colocado as seguintes questões sobre o pedido de subsidio feito pela junta de freguesia: -----

“Neste ponto, na documentação que nos foi enviada, existem algumas incongruências,



desde logo no pedido de subsidio feito pelo presidente da junta. No pedido alega que a via, que se denomina Rua Narciso José Machado Guimarães, e não José Narciso Machado Guimarães, conforme consta do ofício da junta, não tem rede de drenagem de águas pluviais em toda a sua extensão. Ora, isto é mentira. A rua tem drenagem de águas pluviais em toda a extensão, podendo eventualmente haver uma caixa ou outra que não estivesse em condições. Neste momento achamos que este dinheiro está a ser gasto de uma forma menos correta, porque a rua tem rede de drenagem de águas pluviais em toda a sua extensão. Por isso achamos que esta situação deveria ser revista, pelo que sugerimos que este assunto seja retirado de reunião e seja agendado para uma nova reunião de câmara. Ou então, da nossa parte, não iremos participar na votação. -----

Pelo presidente da câmara municipal foi dito que não iria retirar o assunto de reunião, primeiro porque acreditava naquilo que a junta de freguesia dizia, apesar de também não ter razões para desacreditar daquilo que o vereador lhe acabava de dizer, e por outro lado, porque as questões eram sempre confirmadas à posteriori pelos serviços da câmara, nomeadamente o orçamento, se o seu valor corresponde aos trabalhos executados, portanto que essa confirmação iria ser feita, pelo que não havia necessidade de retirar este ponto da ordem de trabalhos. -----

Seguidamente o vereador Carlos Fernandes retorquiu que não se tratava de acreditar ou não, mas que o que disse são factos concretos, que tinha confirmado no local antes de vir para a reunião de câmara. Por outro lado, que o orçamento não lhe fora enviado, de modo a que pudessem avaliar com mais precisão este assunto.” -----

De seguida ausentaram-se da reunião os vereadores eleitos enquanto inscritos na lista da coligação do PPD/PSD.CDS-PP. -----

A proposta foi aprovada com cinco votos a favor. -----

Depois da votação do ponto anterior compareceram novamente na reunião os vereadores eleitos enquanto inscritos na lista da coligação do PPD/PSD.CDS-PP. -----



A
Gbr

PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO.-----

Findo o período da ordem do dia, o senhor presidente, de harmonia com o previsto no n.º 1 do artigo 49º do Anexo I da Lei 75/2013, de 12 de setembro e artigo 14º do regimento da câmara municipal, abriu um período para intervenção do público assistente a esta reunião.-----

Apesar de não haver inscrições para intervenção, conforme previsto no n.º 5 do referido artigo 14º, o senhor presidente da câmara, ao abrigo do n.º 6 do mesmo artigo, autorizou a intervenção dos presentes que o quisessem fazer.-----

Nenhuma das pessoas presentes quis intervir. -----



[Handwritten mark]

Todas as deliberações constantes desta ata foram tomadas por votação nominal. -----

ENCERRAMENTO.-----

A reunião foi encerrada eram: Quinze horas e quinze minutos. -----

E para constar se lavrou a presente ata que tem trinta e três folhas, apenas utilizadas no anverso e três documentos anexos (anexo I, relativo ao item dois; anexo II, relativo ao item três; e anexo III, relativo ao item seis), que eu *Adriana Fagundes*

funcionária designada para secretariar a reunião subscrevo e vai ser assinada por quem presidiu.

Alberto Manuel Martins d. E.

APROVAÇÃO DA ATA.-----

A presente ata foi aprovada pela câmara municipal em reunião de 06/02/2020 conforme consta do item um da respetiva minuta (folhas cinco).-----

A Secretária,

Adriana Fagundes